Demonstrações Financeiras

Virginia Surety Companhia de Seguros do Brasil

Semestre findo em 30 de junho de 2012
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Virginia Surety Seguradora de Seguros do Brasil

Demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2012

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais 3
Demonstrações do resultado 5
Demonstrações do resultado abrangente 6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 7
Demonstrações dos fluxos de caixa 8
Notas explicativas às demonstrações financeiras 9

Condomínio São Luiz
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1830
Torre I - 8º Andar - Itaim Bibi
04543-900 - São Paulo, SP, Brasil
Tel: (5511) 2573-3000
Fax: (5511) 2573-5780
www.ey.com.br

Relatório da Administração

Senhores acionistas,

De acordo com as exigências legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações financeiras da **Virginia Surety Companhia de Seguros do Brasil,** referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2012.

A **Virginia Surety Companhia de Seguros do Brasil,** empresa pertencente ao **The Warranty Group**, apresentou, no primeiro semestre de 2012, o montante de R$ 163 milhões de Prêmios Emitidos Líquidos, contra R$ 168 milhões no mesmo período de 2011 enquanto o Prêmio ganho passou de R$ 114,8 milhões no primeiro semestre de 2011 para R$ 155 milhões no mesmo período de 2012.

O lucro líquido antes dos impostos e participações, auferido no encerramento deste semestre totalizou o montante de R$ 44 milhões contra R$ 19 milhões no mesmo período de 2011.

Os ativos totais da Seguradora passaram de R$ 666,9 milhões em dezembro de 2011 para R$ 704 milhões no primeiro semestre de 2012.

Infra-estrutura:

A Seguradora mantém seus investimentos em ferramentas que visam à melhoria da qualidade de sistemas e serviços e a satisfação dos nossos clientes, contando sempre com o *know-how* e apoio de nossa matriz na criação de soluções e produtos adaptados aos conceitos de seguros comercializados no Brasil.

Governança Corporativa:

Seguindo as melhores práticas de governança corporativa, a Seguradora concentra esforços aperfeiçoando o sistema de controles internos e desenvolvendo novas ferramentas para a melhoria de seus processos operacionais.

Agradecimentos:

Agradecemos aos nossos acionistas, corretores e segurados pela confiança com a qual fomos distinguidos, às autoridades da Superintendência de Seguros Privados pela orientação e atenção dispensadas e aos nossos funcionários pela colaboração e dedicação prestadas.

Santo André, 24 de agosto de 2012.

A Administração

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Diretores e Acionistas da
Virginia Surety Companhia de Seguros do Brasil

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Virginia Surety Companhia de Seguros do Brasil ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Virginia Surety Companhia de Seguros do Brasil em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 3-l (vi) às demonstrações financeiras intermediárias, que informa sobre a suspensão, pela Circular SUSEP nº 446/2012, do requerimento instituído pela Circular SUSEP nº 410/2010, para a execução do "teste de adequação de passivos" para as demonstrações financeiras intermediárias referentes ao exercício de 2012 segundo regras e procedimentos que especifica. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

São Paulo, 31 de agosto de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Patrícia di Paula da Silva Paz
Contador CRC-1SP198827/O-3

Virginia Surety Companhia de Seguros do Brasil

Balanços patrimoniais
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

	Nota	30/6/2012	31/12/2011
Ativo			
Circulante		**353.712**	327.531
Disponível	5	**820**	8.658
Caixa e bancos	4, 5	**820**	8.658
Aplicações	4, 6	**137.409**	71.459
Créditos das operações com seguros	4	**40.676**	57.027
Prêmios a receber	7a, 7c	**39.668**	56.445
Operações com seguradoras		**1.008**	582
Outros créditos operacionais		**44**	86
Títulos e créditos a receber	4	**423**	512
Créditos tributários		**5**	1
Outros créditos		**418**	511
Outros valores e bens		**-**	470
Bens a venda		**-**	470
Despesas antecipadas	19	**972**	23.653
Custos de aquisição diferidos	4, 10	**173.368**	165.666
Seguros		**173.368**	165.666
Ativo não circulante		**350.318**	339.369
Realizável a longo prazo		**347.140**	336.395
Aplicações	4, 6	**236.726**	224.529
Títulos e créditos a receber	4	**6.442**	8.206
Créditos tributários	8, 12	**4.263**	7.784
Depósitos judiciais e fiscais		**2.174**	417
Outros créditos operacionais		**5**	5
Custos de aquisição diferidos	4, 10	**103.972**	103.660
Seguros		**103.972**	103.660
Imobilizado	9	**2.587**	2.288
Bens moveis		**2.578**	2.258
Outras imobilizações		**9**	30
Intangível	9	**591**	686
Outros intangíveis		**591**	686
Total do ativo		**704.030**	666.900

	Nota	30/6/2012	31/12/2011
Passivo			
Circulante		**346.762**	342.268
Contas a pagar	4	**18.527**	17.337
Obrigações a pagar	14	**8.079**	8.294
Impostos e encargos sociais a recolher		**3.649**	5.381
Encargos trabalhistas		**1.859**	1.116
Impostos e contribuições	12c	**4.940**	2.546
Débitos de operações com seguros e resseguros	4	**22.144**	30.962
Prêmios a restituir		**515**	931
Corretores de seguros e resseguros		**21.629**	30.031
Depósitos de terceiros	4	**337**	29
Provisões técnicas - seguros	4, 10	**305.754**	293.940
Danos		**301.025**	288.892
Pessoas		**4.729**	5.048
Passivo não circulante		**199.851**	198.413
Contas a pagar	4	**6.116**	2.739
Tributos diferidos		**5.488**	1.973
Outras contas a pagar		**628**	766
Provisões técnicas - seguros	4, 10	**190.937**	193.249
Danos		**190.470**	192.782
Pessoas		**467**	467
Outros débitos		**2.798**	2.425
Provisões judiciais	13	**2.798**	2.425
Patrimônio líquido	19	**157.417**	126.219
Capital social	15	**94.909**	94.909
Reservas de lucros		**28.350**	
Ajustes de avaliação patrimonial		**8.232**	2.960
Lucros acumulados		**25.926**	28.350
Total do passivo		**704.030**	666.900

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Virginia Surety Companhia de Seguros do Brasil

Demonstrações do resultado
Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	30/6/2012	30/6/2011
Prêmios emitidos	18.a)	**163.367**	168.259
(-) Variação das provisões técnicas de prêmios	18.b)	**(8.236)**	(53.425)
(=) Prêmios ganhos	17	**155.131**	114.834
(-) Sinistros ocorridos	18.c)	**(23.399)**	(14.018)
(-) Custos de aquisição	18.d)	**(87.153)**	(66.910)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	18.e)	**4.792**	(7.680)
(-) Despesas administrativas	18 .f)	**(17.763)**	(16.145)
(-) Despesas com tributos	18.g)	**(8.030)**	(5.873)
(+) Resultado financeiro	18.h)	**20.415**	14.309
(=) Resultado operacional		**43.993**	18.517
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		**75**	-
(=) Resultado antes dos impostos e participações	12	**44.068**	18.517
(-) Imposto de renda	12	**(11.238)**	(4.621)
(-) Contribuição social	12	**(6.750)**	(2.461)
(-) Participações sobre o lucro	12, 20	**(154)**	(175)
(=) Lucro líquido		**25.926**	11.260
(/) Quantidade de ações	15	**1.944.093**	1.944.093
(=) Lucro Liquido por ação		**13,34**	5,79

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Virginia Surety Companhia de Seguros do Brasil

Demonstrações do resultado abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	30/6/2012	30/6/2011
Lucro do semestre	**25.926**	11.260
Ajustes com títulos e valores mobiliários	**8.787**	(524)
Imposto de renda sobre componentes de outras receitas abrangentes	**(3.515)**	-
Outras receitas abrangentes do semestre, líquido de impostos	**5.272**	(524)
Total de receitas abrangentes do semestre, líquido de impostos	**31.198**	10.736

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Virginia Surety Companhia de Seguros do Brasil

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

			Reserva de lucros				
	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Legal	Estatutária	Ajuste com títulos e valores imobiliários	Lucro/ prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 dezembro de 2010	96.594	9.501	-	-	-	(11.186)	94.909
Aumento de Capital portaria Susep nº 1.186 de 14/02/2011	9.501	(9.501)	-	-	-	-	-
Redução de Capital-AGE/o de 31/03/2011-Portaria SUSEP nº156414.100210/2011-73 de 13/06/2011 - Nota 15(a)	(11.186)	-	-	-	-	11.186	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(524)	-	(524)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	11.260	11.260
Saldos em 30 de junho de 2011	**94.909**	**-**	**-**	**-**	**(524)**	**11.260**	**105.645**
Saldo em 31 dezembro de 2011	**94.909**	**-**	**1.418**	**26.932**	**2.960**	**-**	**126.219**
Títulos e valores mobiliários	**-**	**-**	**-**	**-**	**5.272**	**-**	**5.272**
Lucro líquido do semestre	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**25.926**	**25.926**
Saldo em 30 junho de 2012	**94.909**	**-**	**1.418**	**26.932**	**8.232**	**25.926**	**157.417**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Virginia Surety Companhia de Seguros do Brasil

Demonstrações dos fluxos de caixa
Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

		30/6/2012	30/06/2011
Atividades operacionais			
Recebimentos de prêmios de seguro e taxas de gestão e outras		**183.511**	139.438
Pagamentos de sinistros e comissões		**(95.850)**	(87.386)
Pagamentos de despesas com operações de seguros		**(411)**	(162)
Pagamentos de despesas e obrigações		**(22.210)**	(17.809)
Constituição de depósitos judiciais		**(1.764)**	(72)
Resgates de depósitos judiciais		**-**	484
Pagamentos de participações nos resultados		**-**	(329)
Caixa gerado pelas operações		**63.276**	34.164
Impostos e contribuições pagos		**(19.241)**	(10.473)
Investimentos financeiros:		**(52.175)**	(23.691)
Aplicações		**(220.768)**	(352.572)
Vendas e resgates		**168.593**	328.881
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades operacionais		**(8.140)**	-
Atividades de investimento			
Pagamento pela compra de ativo permanente:			
Investimentos		**150**	-
Imobilizado		**152**	(108)
Intangível		**-**	(132)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimento		**302**	(240)
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(7.838)**	(240)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	**5**	**8.658**	1.770
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	**5**	**820**	1.530
Aumento nas aplicações financeiras - recursos livres		**7.838**	**-**
Conciliação entre lucro líquido e o caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre		**25.926**	11.260
Ajuste para:			
Depreciação e amortização		**457**	(293)
Variação de ajustes MTM de aplicações classificadas como “disponíveis para venda”		**5.272**	(524)
Variações nas contas patrimoniais:			
Variação das aplicações		**(78.147)**	(37.022)
Variação das operações de seguros		**16.393**	(5.743)
Variação de títulos e créditos a receber		**1.853**	(1.786)
Variação das despesas antecipadas e outros ativos		**23.151**	-
Variação dos custos de aquisição diferidos e outros ativos		**(8.014)**	(27.091)
Variação de contas a pagar		**2.198**	1.603
Variação dos débitos com operações de seguros e resseguros		**(8.818)**	1.949
Variação de depósitos de terceiros		**308**	294
Variação das provisões técnicas		**9.502**	52.187
Variação de outros débitos de provisões judiciais		**373**	347
Variação de impostos e contribuições		**1.404**	4.819
Disponibilidades líquidas geradas/(consumidas) pelas atividades operacionais		**(8.140)**	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Virginia Surety Companhia de Seguros do Brasil

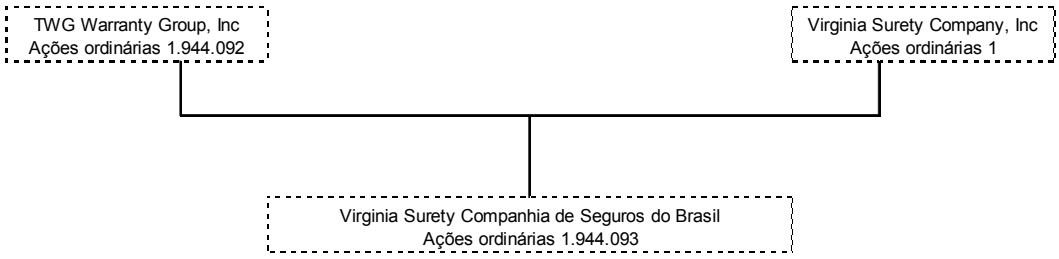
Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Virginia Surety Companhia de Seguros do Brasil (doravante designada "Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 11 de novembro de 1999, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Pereira Barreto, 1395 - 2º ao 5º andares - Torre Sul, Bairro Paraíso, Santo André, Estado de São Paulo - e é subsidiária da TWG Warranty Group, Inc.

A Seguradora opera em seguros de pessoas e ramos elementares, especificamente nos ramos Prestamista, Extensão de Garantia diferenciada e Acidentes pessoais.

Abaixo demostramos a composição acionária da seguradora:



As demonstrações financeiras da Seguradora para o semestre findo em 30 de junho de 2012 foram autorizadas para divulgação de acordo com a resolução dos membros da diretoria em 29 de agosto de 2012.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

Em 05 de março de 2012, a SUSEP emitiu a Circular nº 430 que dispõe sobre as alterações das Normas Contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2012. Esta Circular homologa os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e revoga Circulares SUSEP nºs 424/11 e 426/11.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.1. Declaração de conformidade--Continuação

Desta forma, as demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da circular SUSEP 430/12 e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP".

2.2. Comparabilidade

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do CPC nº 21 e da Circular SUSEP nº 430/12. Efetuamos a comparabilidade das contas patrimoniais com o saldo do período findo imediatamente precedente, ou seja: 31 de dezembro de 2011, e as demais peças foram comparadas com o mesmo período intermediário do exercício anterior, ou seja, 30 de junho de 2011.

2.3. Base para mensuração

Os valores contidos nas demonstrações financeiras são expressos em reais (R$), arredondados em milhares (R$ 000), exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

- Instrumentos e passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado;
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; e
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.

Conforme permitido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro, a Seguradora aplicou aos seus contratos de seguro as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.3. Base para mensuração--Continuação

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis.

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas, envolvem, dentre outros, a avaliação de passivos de contratos de seguros, a determinação do valor justo de ativos financeiros e de instrumentos financeiros, o teste de perda do valor recuperável de ativos não financeiros, avaliação da obrigação por benefícios de pensão e tributos diferidos ativos.

2.4 Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Seguradora e também a moeda do principal ambiente econômico em que a Seguradora opera.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais.

Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.5. Continuidade

A administração avaliou a habilidade da Seguradora em continuar operando normalmente e está convencida de que a Seguradora possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras-- Continuação

2.6. Uso de estimativas, julgamentos e as principais premissas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as demonstrações financeiras e nos quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício estão descritas a seguir:

Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

O componente onde a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativa é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar em última instância. A Seguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

A Seguradora possui processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto, na data de preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, o processo utilizado pela administração para a contabilização e constituição das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, evolução dos processos e status (ou instância) de julgamento de cada caso específico.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras-- Continuação

2.6. Uso de estimativas, julgamentos e as principais premissas contábeis-- Continuação

Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas--Continuação

Adicionalmente, a Seguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, informações

históricas de perdas onde existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões, segundo o CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. Se houver ajustes, estes são efetuados semestralmente, por ocasião da publicação de balanço.

Estimativas utilizadas para cálculo de créditos tributários

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para sua realização.

Estimativas de valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Seguradora usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento na data do balanço e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado, resgatáveis no prazo de até 90 dias entre a data de aquisição e vencimento que não afetam a vinculação com ativos garantidores.

b) Apuração do resultado operacional

Os prêmios de seguros e cosseguros, os prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice ou fatura e reconhecidos no resultado de acordo com o transcorrer da vigência do risco.

Os prêmios a receber parceladamente e as respectivas despesas de comercialização são registrados pelo seu valor futuro, deduzidos dos juros a apropriar que são reconhecidos pelo regime de competência como receitas financeiras.

As receitas e os custos relacionados às apólices com faturamento mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subseqüente ao período de cobertura, são reconhecidos por estimativa, calculados com base no histórico de emissão. Os valores estimados são ajustados e revertidos quando da emissão da fatura.

As operações de cosseguro aceito e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e das resseguradoras, respectivamente.

Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos foram calculados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial (NTA).

A “Provisão para riscos de créditos” é o valor calculado pela Administração para cobrir as perdas esperadas na realização dos créditos. A provisão é calculada com base em estudo técnico, que considera o histórico de perdas e riscos de inadimplência, relativa à prêmios de riscos decorridos vencidos e não pagos.

3. **Resumo das principais práticas contábeis**--Continuação

c) Ativos financeiros

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, determinada no reconhecimento inicial. As categorias são as seguintes:

I. *Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado*

Ativos financeiros designados no momento da aquisição, com a intenção de negociação ativa e frequente. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante da Companhia, e seus ganhos ou perdas decorrentes de variações do valor justo são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa do período.

II. *Títulos mantidos até o vencimento*

Ativos financeiros designados no momento da aquisição com esta classificação não são passíveis de negociação. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Companhia, de acordo com a maturidade do título e são avaliados pelo seu valor de aquisição (valor justo), acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras, calculados com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos.

III. *Títulos disponíveis para venda*

Ativos financeiros que não se enquadram em nenhuma das definições anteriores. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Seguradora, de acordo com a maturidade do título. Seus ganhos ou perdas decorrentes de variações do valor justo são contabilizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do exercício quando da efetiva realização pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários.

3. **Resumo das principais práticas contábeis**--Continuação

d) Redução ao valor recuperável (ativos financeiros)

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado

ativo para o título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Os prêmios de seguros também são testados quanto a sua recuperabilidade, e uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é calculada de acordo com a política específica e estudo técnico, que levam em consideração, entre outros fatores, o histórico de perdas incorridas nos prêmios a receber oriundos de seguros vencidos há mais de 60 dias.

3. **Resumo das principais práticas contábeis**--Continuação

e) Despesas antecipadas

A Seguradora efetua antecipações de comissões para os estipulantes que comercializam seus produtos no ramo de garantia estendida. Essa antecipação é contabilizada pela Seguradora na rubrica de despesas antecipadas. A parcela de comissões atribuível à emissão de contratos é amortizada ao longo do período em que as respectivas receitas são ganhas.

f) Custos de aquisição diferidos

Os custos diretos e indiretos incorridos durante o período financeiro decorrentes da subscrição ou renovação de contratos de seguro são diferidos na medida em que esses custos sejam recuperáveis a partir de prêmios futuros. Todos os demais custos de aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que as respectivas receitas são ganhas.

g) Ativo imobilizado e imóveis destinados a renda

Os ativos imobilizados e imóveis destinados a renda são mensurados ao valor de custo menos amortização acumulada, e quando aplicável redução pelo seu valor recuperável.

Custos incorridos após a aquisição são ativados e reconhecidos como um ativo, somente quando é provável que benefícios econômicos futuros sejam revertidos à Seguradora, e o custo é razoavelmente determinável. Outras despesas com reparos e manutenção de imobilizado são reconhecidas no resultado do período.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, utilizando como base o valor de custo menos o valor residual (e menos o valor alocado ao terreno no caso dos imóveis), e os seguintes períodos de vida útil estimada são determinados de cada grupo de ativo:

Grupo de ativo	Vida útil estimada	% por ano
Móveis e utensílios	10 anos	10% a.a
Veículos	5 anos	20% a.a
Equipamentos	5 anos	20% a.a

3. **Resumo das principais práticas contábeis**--Continuação

g) Ativo imobilizado e imóveis destinados a renda--Continuação

A Administração da Seguradora considerou adequada à sua realidade a manutenção dos prazos de estimativa de vida útil anterior à aplicação das normas contábeis advindas pela lei 11.638/07, bem como considerou adequado não atribuir valor residual aos bens em virtude do histórico de ganhos irrelevantes no momento da alienação, troca ou descarte desses bens.

h) Ativo intangível

Ativos intangíveis incluem o valor de softwares adquiridos de terceiros. Ativos intangíveis

adquiridos separadamente são avaliados por ocasião do reconhecimento inicial ao custo. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são mantidos ao custo, líquidos de amortização e perdas pelo valor recuperável acumulados. A amortização é calculada usando o método linear, no prazo de cinco anos.

i) Operações de arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil (“leasing”) são classificados em dois grandes grupos: “leasing” operacional e “leasing” financeiro. O fator determinante para essa classificação, conforme CPC 06 - Operação de Arrendamento Mercantil é justamente a transferência dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem.

Arrendamentos operacionais

A Seguradora possui contrato de aluguel de andares na Torre Sul do Centro empresarial Pereira Barreto em Santo André - SP onde mantém sua sede administrativa. A Seguradora como arrendatária, determinou com base na avaliação dos termos e condições do contrato firmado, que não retém todos os riscos e benefícios associados à posse do imóvel e, portanto, contabiliza as operações como de arrendamento operacional. Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato.

O valor de despesa com operações de leasing operacional de imóveis está apresentado na demonstração do resultado na rubrica “Despesa Administrativa -Localização e Funcionamento” (Vide nota explicativa nº 18-f).

3. **Resumo das principais práticas contábeis**--Continuação

i) Operações de arrendamento mercantil--Continuação

Arrendamentos operacionais--Continuação

A Seguradora mantém contratos de arrendamento mercantil financeiro relacionados à frota de veículos e equipamentos de informática com diversas empresas. Estes contratos têm prazo de 36 meses. O valor do imobilizado, líquido de depreciação, correspondente a esses veículos e equipamentos estão demonstrados na nota explicativa nº 9. O passivo correspondente a tais contratos está contabilizado na rubrica "obrigações a pagar" (Vide nota explicativa nº14).

Arrendamentos financeiros

Durante o período de divulgação não existiam contratos de arrendamento mercantil financeiros vigentes.

j) Passivo circulante e não circulante

Representado por passivos financeiros, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em bases "pró-rata die") incorridas até a data-base das demonstrações financeiras.

k) Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último balanço e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

3. **Resumo das principais práticas contábeis**--Continuação

k) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

l) Provisões técnicas de contratos de seguros

As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP, assim resumidas:

(i) *Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG):* A PPNG é constituída pela parcela de prêmio e das despesas de comercialização, líquidas de co-seguro, correspondente ao período de risco a decorrer, calculado pelo método “pró-rata die” e atualizada monetariamente, quando aplicável.

(ii) *Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL):* A PSL é constituída por estimativa de pagamentos prováveis determinadas com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço.

(iii) *Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR):* A IBNR para os ramos de garantia estendida e prestamista é calculada de acordo com a metodologia prevista em nota técnica atuarial. Para a carteira de run-off o cálculo é efetuado com base nos critérios estabelecidos segundo estudos técnicos atuariais efetuados por atuário externo, com base no histórico de sinistros avisados até a data das demonstrações financeiras.

3. **Resumo das principais práticas contábeis**--Continuação

l) Provisões técnicas de contratos de seguros--Continuação

(iv) *Outras provisões técnicas:* Referem-se às operações do ramo de garantia estendida e são constituídas com base no prêmio comercial, no período compreendido entre a data de contratação do seguro e a data de início de vigência da cobertura do risco. No início de vigência da cobertura o saldo é reclassificado para a conta de provisão de prêmios não ganhos, conforme Circular SUSEP nº 366/08.

(v) *Provisão complementar de prêmios (PCP):* A PCP é calculada "pró-rata die", tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco e o prêmio comercial, e o seu valor será a diferença, se positiva, entre a média da soma dos valores apurados diariamente no mês da constituição e a PPNG constituída naquele mês e no mesmo ramo, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não, recebidos ou não.

(vi) Teste de adequação dos passivos (LAT - Liability Adequacy Test)

Em conformidade com a Circular SUSEP nº446/12, que suspendeu os efeitos da Circular Susep nº410/10, as seguradoras estão desobrigadas da apresentação e contabilização do cálculo do Teste de Adequação do Passivo em suas demonstrações financeiras intermediárias. A Seguradora optou por não realizar o teste para o semestre findo em 30 de junho de 2012.

m) Benefícios a empregados

i. *Obrigações de curto prazo*

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

3. **Resumo das principais práticas contábeis**--Continuação

m) Benefícios a empregados--Continuação

ii. *Obrigações por aposentadorias*

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios sob o qual a Seguradora paga contribuição fixa para uma entidade separada, no caso a Itaú Previdência S.A. e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados.

iii. *Outros benefícios de curto prazo*

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

n) Outras provisões e passivos contingentes

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Seguradora, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como "provável", conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, consideradas as orientações previstas nas Cartas Circulares SUSEP/DECON/GABIN nº 15/06 e 17/06. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação

3. **Resumo das principais práticas contábeis**--Continuação

n) Outras provisões e passivos contingentes--Continuação

presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

o) Reconhecimento de receita

Os prêmios de seguro, os prêmios cedidos e os respectivos custos de comercializaçãosão registrados quando da emissão da apólice ou endossos, sendo reconhecidos no resultado segundo transcorrer da vigência do risco. Os prêmios a receber e os respectivos custos de aquisição são registrados pelo seu valor futuro, deduzidos dos juros a apropriar que são reconhecidos pelo regime de competência como receitas financeiras (quando aplicável). Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos são calculados conforme Circular SUSEP nº 282/05.

As receitas de juros de títulos e valores mobiliários são reconhecidas no resultado do período utilizando o método de juros efetivos.

p) Reconhecimento de despesa

As despesas são reconhecidas quando incorridas, os gastos apropriados são para gerar benefícios econômicos futuros.

No caso do fornecimento de produtos, a entidade reconhece esse gasto como despesa quando tiver o direito de acessar aqueles produtos.

No caso do fornecimento de serviços, a entidade reconhece o gasto como despesa quando recebe os serviços.

q) Avaliação de ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Seguradora possui uma obrigação legal ou costituida como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

q) Avaliação de ativos e passivos--Continuação

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros são gerados em favor da Seguradora e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4. Política de gerenciamento de riscos

A Administração revisa e estabelece políticas para gestão dos riscos de seguro, crédito, liquidez, mercado e corporativos, os quais são resumidos abaixo:

O principal risco para a Seguradora nos contratos de seguro é o de que sinistros e todos os pagamentos efetivos de despesas relacionadas com sinistros a sua época não correspondam às expectativas. Isso é influenciado pela taxa de sinistralidade, frequência de sinistros e severidade (custo médio) do sinistro.

Assim, o objetivo da Seguradora é o de assegurar a disponibilidade de provisões suficientes para cobrir esses passivos.

Neste contexto, as provisões técnicas são parte integrante e indispensável do mecanismo do seguro, sendo constituídas mensalmente pela Seguradora.

A Administração revisa e estabelece políticas para a gestão dos riscos de seguro, crédito, liquidez, mercado e corporativos.

A estrutura da companhia para gerenciamento de rsico está baseada em dois pilares, Auditoria Interna e Compliance.

A Gestão de Compliance da companhia visa assegurar que as exigências regulamentares estão sendo cumpridas em conformidade com as exigências da SUSEP e efetuando o pronto acompanhamento da resolução para as questões levantadas pelos Auditores Externos e Internos. A Gestão de Compliance também efetua periodicamente o acompanhamento dos componentes das Matrizes de Risco departamentais e da Companhia.

4. **Política de gerenciamento de riscos**--Continuação

A Gestão de Auditoria Interna da companhia tem como objetivo assegurar a casa matriz que as diretrizes corporativas estão sendo cumpridas em consonância com a determinações, assim como o acompanhamento dos processos internos que devem atender o padrões da casa matriz em consonância com padrões SOX. O resultado do trabalho da Gestão de Compliance e Controles Internos, são discutidos mensalmente em Comitê Gerencial.

Naturalmente, em vista da natureza das várias modalidades de operações da Seguradora, as provisões técnicas não são todas da mesma natureza, mas tem como principal objetivo a garantia da estabilidade econômico-financeira das seguradoras.

a) Risco de seguro

A Seguradora emite os seguintes tipos de contratos de seguro em ramos elementares: Prestamista, acidentes pessoais coletivos e principalmente extensão de garantia diferenciada.

Os riscos de apólices de seguro dos ramos elementares perduram, em geral, por vinte e um meses e os riscos mais significativos referem-se à garantia estendida patrimonial, compreendendo o seguro de garantia estendida para bens eletroeletrônicos em geral, portáteis e similares. Para contratos de seguro de pessoas, os riscos mais significativos resultam de contratos de seguro prestamista, onde é garantido o pagamento total ou parcial da dívida no caso de ocorrência do evento coberto.

A variabilidade de riscos é também melhorada por meio de seleção criteriosa e implementação de diretrizes sobre estratégia de subscrição onde o processo de precificação é realizado baseado em análise técnica de rentabilidade considerando parâmetros pré-fixados aplicados à tarifação definida pela Seguradora.

Principais premissas

A principal premissa relativa às estimativas de passivos toma como parâmetro inicial, a evolução de sinistros futuros da Seguradora seguirá um padrão semelhante ao dos sinistros passados.

4. **Política de gerenciamento de riscos**--Continuação

a) Risco de seguro--Continuação

Principais premissas--Continuação

Isso posto, são abordadas premissas relativas a:

- Custo médio de sinistros;
- Custo de tratamento de sinistros, contemplando todas as despesas relacionadas para a regulação e liquidação do sinistro; e
- Fatores de inflação sobre o valor e número de sinistros para cada exercício.

Julgamentos qualitativos adicionais são necessários para avaliar a extensão em que tendências passadas possam não mais se aplicar no futuro, por exemplo, ocorrência única de um evento, mudanças nos fatores de mercado como comportamento do público em relação à reclamação de indenizações (pagamento de sinistros), condições econômicas, bem como fatores internos como composição de carteira, distribuição regional, perfil de consumidores e produtos, condições específicas de apólice e procedimentos de tratamento de sinistros. Julgamentos técnicos são também empregados para avaliar a extensão em que os fatores externos, como decisões judiciais e legislação governamental, afetam estas estimativas.

Outras importantes circunstâncias que afetam a confiabilidade de premissas incluem, por exemplo, a variação nas taxas de juros e os atrasos de liquidação de sinistros.

Com essas análises, são definidas sempre que necessário, mudanças na metodologia de cálculo das provisões e a revisão dos procedimentos de cálculo e na tomada de decisão. Essas medidas contribuem para manter as provisões técnicas em níveis adequados.

Além desses controles, a Seguradora dispõe de modelos atuariais internos para apurar o capital econômico, por causa dos riscos de crédito e subscrição. Esses modelos apuram o valor em risco para cada ramo de negócio e permitem uma gestão mais eficaz do risco, uma vez que possibilitam quantificar os ganhos ou as perdas na adoção de novos planos de ação para controlar ou mitigar os riscos de subscrição. Os modelos atuariais internos produzem resultados para avaliar os riscos de subscrição e crédito, e são estruturados de forma a mensurar tanto os riscos de precificação quanto o risco de erro na constituição das provisões técnicas.

4. **Política de gerenciamento de riscos**--Continuação

a) Risco de seguro--Continuação

Principais premissas--Continuação

Concentração de seguros por região

A tabela abaixo demonstra a concentração dos prêmios emitidos brutos* da Seguradora:

Ramo** (%) Cart. Região Geográfica	Patrimonial 94%	%	Automóveis 3%	%	Pessoas 2%	%	Total 100%	%
Centro oeste	25.729	90%	203	1%	2.620	9%	28.552	100%
Nordeste	35.342	91%	2.543	7%	889	2%	38.774	100%
Norte	3.210	94%	33	1%	182	5%	3.425	100%
Sudeste	87.557	97%	2.501	3%	275	0%	90.333	100%
Sul	4.085	97%	136	3%	2	0%	4.223	100%
Total	155.923		5.416		3.968		165.307	

* A Companhia não efetua operações de Resseguro

** Os grupos ramo são compostos por: (Patrimonial, ramos 0171 – riscos diversos e 0195 – garantia estendida); (Automóveis, 0524 – garantia estendida – auto) e (Pessoas, 0977 – prestamista e 0982 – Acidentes Pessoais Coletivo).

b) Sensibilidade

Cenário 01 - Aumento de 5% nos sinistros líquidos

Com o nível de sinistralidade obtida no período de 2012 na Seguradora, utilizando-se da premissa de acréscimo de 5% para cada ramo de atuação, mantendo inalterada outras variáveis operacionais, obtém-se as seguintes projeções de redução no resultado líquido e patrimônio líquido ajustado:

Ramos	Sinistros	Impacto sobre o resultado	Impacto sobre o Patrimônio líquido ajustado
95 - Extensão de garantia - patrimonial	(1.125)	(4,34)%	(0,74)%
24 - Extensão de garantia - automóveis	(21)	(0,08)%	(0,01)%
77 - Prestamista	(7)	(0,03)%	0,00%
82 - Acidentes pessoais coletivo	6	0,02%	0,00%
93 - Vida em grupo	(34)	(0,13)%	(0,02)%

4. Política de gerenciamento de riscos--Continuação

b) Sensibilidade--Continuação

Cenário 02 - Redução de 5% nos prêmios emitidos

Com o nível de emissão obtida no período de 2012 na Seguradora, utilizando-se da premissa de decréscimo de 5% para cada ramo de atuação, mantendo inalterada outras variáveis operacionais, obtém-se as seguintes projeções de redução no resultado líquido e patrimônio líquido ajustado:

Ramos	Prêmios	Impacto sobre o resultado	Impacto sobre o patrimônio líquido ajustado
95 - Extensão de Garantia - Patrimonial	(7.726)	(29,80)%	(5,10)%
24 - Extensão de Garantia - Automóveis	(249)	(0,96)%	(0,16)%
71- Riscos diversos	(10)	(0,04)%	(0,01)%
77 - Prestamista	(101)	(0,39)%	(0,07)%
82 - Acidentes Pessoais Coletivo	(83)	(0,32)%	(0,05)%

c) Risco financeiro

(I) *Risco de crédito*

Consiste no risco de perda financeira que uma parte em um instrumento financeiro venha a causar à outra parte pelo descumprimento dos seus compromissos financeiros. A Seguradora dispõe de política de provisão para devedores duvidosos e procedimentos que visam mitigar sua exposição a risco de crédito.

O risco de crédito atribuído a saldos de segurados incorridos a partir da falta de pagamento de prêmios somente perdurará durante o prazo de carência especificado na apólice até o vencimento, quando a apólice de seguros será paga ou liquidada.

A Seguradora também adota como política de investimentos, a concentração de seus investimentos em títulos públicos federais, ou em fundos de renda fixa compostos por 100% de títulos públicos federais. Desta forma a única exposição ao risco de crédito nos, investimentos é o risco sistêmico do país. Em 30 de Junho de 2012, de acordo com as avaliações de risco de crédito das Agências de Classificação de Risco de Crédito, reconhecidas internacionalmente, 100% de nossa carteira de investimento está classificada com o rating “A” (forte capacidade para honrar compromissos financeiros).

4. Política de gerenciamento de riscos--Continuação

c) Risco financeiro--Continuação

(II) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é o risco de que uma entidade enfrente dificuldades em honrar suas obrigações associadas aos instrumentos financeiros. A Seguradora adota como política a contabilização de seus investimentos como "Disponíveis para Venda" visando mitigar sua exposição à risco de liquidez. A política de risco de liquidez estabelece a avaliação e a determinação do que constitui risco de liquidez para a Seguradora. A conformidade com a política é monitorada, e exposições e transgressões são apresentadas para direção da empresa. A pertinência da política e as mudanças no ambiente de risco são revisadas periodicamente.

	30/6/2012			31/12/2011
Ativos financeiros	**Valor contábil**	**Até um ano**	**1 - 5 anos**	**Valor contábil**
Ativos financeiros disponíveis para venda:	**374.135**	**137.409**	**236.726**	295.988
Caixa equivalentes de caixa	**820**	**820**	**-**	8.658
Crédito das operações de seguros	**40.720**	**40.720**	**-**	57.113
Títulos e créditos a receber	**6.865**	**423**	**6.442**	8.718
Custos de aquisição diferidos	**277.340**	**173.368**	**103.972**	269.326
Total de ativos financeiros	**699.880**	**352.740**	**347.140**	639.803

Passivos financeiros	**Valor contábil**	**Até um ano**	**1 - 5 anos**	**Valor contábil**
Passivos de contratos de seguros	**496.691**	**305.754**	**190.937**	487.189
Débitos de operações de seguros	**22.144**	**22.144**	**-**	30.962
Depósito de terceiros	**337**	**337**	**-**	29
Contas a pagar e outros valores a pagar	**24.643**	**18.527**	**6.116**	20.076
Total passivos financeiros	**543.815**	**346.762**	**197.053**	538.256

(III) *Risco de mercado*

Risco de mercado consiste no risco de flutuações no valor justo ou nos fluxos de caixa futuro devido as variações nos preços de mercado. O risco de mercado compreende três modalidades de risco: taxa de câmbio (risco de moeda), taxa de juros de mercado (risco de taxa de juros) e preços de mercado (risco de preço).

Risco de taxa de câmbio: Risco de moeda é o risco de flutuações no valor justo dos fluxos de caixa futuro de um instrumento financeiro devido as mudanças em taxas de câmbio. As transações da Seguradora são realizadas em reais. Portanto a Seguradora não possui exposição ao risco de moeda.

4. Política de gerenciamento de riscos--Continuação

c) Risco financeiro--Continuação

(III) Risco de mercado--Continuação

Risco de taxa de juros de mercado: O risco de taxa de juros consiste no risco das flutuações no valor ou no fluxo de caixa futuro de um instrumento financeiro devido as variações nas taxas de juros de mercado. Os instrumentos de renda fixa expõem a Seguradora a risco de juros a valor justo. A política adotada pela Seguradora considera que os investimentos disponíveis para venda, serão sacados somente em seus vencimentos, com sua contabilização pela curva, minimizando o efeito de possíveis variações da taxa de juros no resultado.

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Utilizamos como premissa, a variação de 1% na taxa básica de juros, e calculamos o impacto causado nos preços dos títulos públicos federais pré-fixados, através das metodologias de cálculo das PU's de cada tipo de ativo. A partir desta simulação de preços ajustados para a nova taxa de juros, pudemos calcular o impacto sobre o valor dos ativos da Seguradora e consequentemente o impacto no lucro antes dos impostos e patrimônio líquido.

Por apontarmos a valorização destes ativos pela curva, não identificamos variações no lucro antes dos impostos, haja vista que as variações de taxa de juros e mercado afetarão somente o cálculo do ajuste a variação de mercado, com contrapartida no Patrimônio Líquido.

Classe de ativo	Variação das premissas	Impacto sobre o patrimônio líquido
Ativos pré fixados - Públicos	Aumento de 1 % na taxa SELIC	(2.616)
Ativos pré fixados - Públicos	Redução de 1 % na taxa SELIC	3.892
Ativos pós fixados - Públicos	Aumento de 1 % na taxa SELIC	(604)
Ativos pós fixados - Públicos	Redução de 1 % na taxa SELIC	(187)

5. Caixa e equivalente de caixa

	30/06/2012	31/12/2011
Caixa e bancos	**820**	8.658
Total de caixa e equivalentes de caixa	**820**	8.658

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 a Seguradora não detinha nenhum item de caixa e equivalentes de caixa classificado como "caixa restrito", bem como itens de caixa e equivalentes de caixa dados como garantias a terceiros.

6. Aplicações em títulos e valores mobiliários

a) Composição dos títulos e valores mobiliários

Nossa carteira de aplicações é composta de acordo com a tabela abaixo:

	30/6/2012					
Classificação do título	**Valor Mercado**	**Valor Curva**	**Valor MTM**	**Representatividade (%)**	**Indexador**	**Rating (S&P)***
LTN	**157.388**	**154.396**	**2.991**	**42%**	**SELIC**	**A**
NTN-F	**184.370**	**174.305**	**10.065**	**49%**	**SELIC**	**A**
NTN-B	**24.716**	**24.052**	**664**	**7%**	**IPCA**	**A**
Fundos de Investimentos - Abertos	**7.475**	**7.475**	**-**	**2%**	**-**	**A**
Título de Capitalização	**186**	**186**	**-**	**0%**	**-**	**Sem Rating**
Total	**374.135**	**360.415**	**13.721**	**100%**		

	31/12/2011					
Classificação do título	**Valor cercado**	**Valor curva**	**Valor MTM**	**Representatividade (%)**	**Indexador**	**Rating (S&P)***
LFT	94.979	93.798	1.181	32%	SELIC	A-
LTN	8.083	8.082	1	3%	SELIC	A-
NTN-F	161.146	157.500	3.646	54%	SELIC	A-
NTN-B	23.633	23.528	105	8%	IPCA	A-
Fundos de Investimentos - Abertos	8.030	8.030	-	3%	-	A-
Título de Capitalização	117	117	-	0%	-	Sem Rating
Total	295.988	291.055	4.933	100%		

* Utilizamos o rating fornecido pela agência Standard & Poors.

6. Aplicações em títulos e valores mobiliários--Continuação

a) Composição dos títulos e valores mobiliários--Continuação

Nossa carteira de aplicações é composta de acordo com a tabela abaixo:

Estimativa de valor justo

A divulgação por nível, relacionada à mensuração do valor justo, é realizada com base nos seguintes critérios:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2: inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A tabela a seguir demonstra a mensuração do valor justo dos ativos financeiros por níveis:

Instrumentos financeiros disponíveis para venda	Nível	Sem vencimento/ 1 a 30 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Custo mais rendimentos	MTM
LTN	1	41.667	46.754	68.967	157.388	154.397	2.991
NTN-F	1	-	30.666	153.704	184.370	174.305	10.065
NTN-B	1	-	10.661	14.055	24.716	24.052	664
Fundos de Investimento	1	7.475	-	-	7.475	7.475	-
Título de Capitalização	1	186	-	-	186	186	-
Total		**49.328**	**88.081**	**236.726**	**374.135**	**360.415**	**13.720**

Apresentamos abaixo a movimentação das aplicações financeiras entre 31 de dezembro de 2011 e 30 de junho de 2012:

Saldo em 31/12/2011	295.988
(+) Variação MTM	13.720
(+) Aquisições	94.158
(-) Vendas	(46.538)
(+) Rendimentos	16.807
Total em 30/06/2012	**374.135**

O valor de mercado das quotas de Fundos de Investimento Financeiro foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimentos nos quais a Seguradora aplica seus recursos. O valor de mercado dos títulos classificados para negociação ou disponível para venda foi calculado com base no "Preço Unitário de Mercado" em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima

6. Aplicações em títulos e valores mobiliários--Continuação

b) Ativos oferecidos em garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas estão compostos por títulos públicos de renda fixa no montante de R$238.730 (R$ 229.579 em 31 de dezembro de 2011).

c) Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2012 não havia contratos envolvendo operações de "swap", opções ou outros instrumentos financeiros derivativos.

7. Prêmios a receber

a) Detalhamento dos prêmios a receber por ramo e por prazo de vencimento brutos da redução ao valor recuperável

30/6/2012	A Vencer*				Vencidos						
Ramos	0 a 30 dias**	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total Geral
0171 - Riscos Diversos	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30
0195 - Extensão Garantia Patrimonial	27.305	78	-	-	-	3.349	3.962	17	46	1.477	36.234
0524 - Extensão Garantia Automóvel	1.108	1.592	173	15	44	32	30	15	57	26	3.092
0977 - Prestamista	403	-	-	-	398	-	0	1	-	1	803
0982 - Acidentes Pessoais Coletivo	345	-	-	-	-	-	-	-	-	-	345
Total Geral	29.191	1.670	173	15	442	3.381	3.993	32	103	1.504	40.504

31/12/2011	A Vencer*				Vencidos						
Ramos	0 a 30 dias**	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total Geral
0171 - Riscos Diversos	39	-	-	-	5	-	-	-	1	-	46
0195 - Extensão Garantia Patrimonial	35.850	229	-	-	4.791	1.773	3.249	2.273	2.810	1.441	52.416
0524 - Extensão Garantia Automóvel	2.756	200	224	13	51	19	45	56	78	96	3.539
0977 - Prestamista	894	-	-	-	1	-	-	-	1	-	897
0982 - Acidentes Pessoais Coletivo	313	-	-	-	-	-	-	-	-	-	313
Total Geral	39.852	429	224	13	4.848	1.792	3.294	2.329	2.890	1.538	57.210

(*) A Seguradora não possui prêmios a vencer acima de 180 dias.

(**) A faixa de prêmios a vencer de 0 a 30 dias incluem os Prêmios de Riscos Vigentes e Não Emitidos - RVNE, que montam o total de R$ 5.393 (R$ 4.269 em dezembro de 2011).

7. **Prêmios a receber**--Continuação

b) Movimentação dos prêmios a receber

Saldo em 31 de dezembro de 2011	**57.210**
(+) Prêmios emitidos	178.352
(-) Recebimentos	(195.058)
(=) Saldo em 30 de junho de 2012	**40.504**

c) Provisão para redução ao valor recuperável

A provisão para redução ao valor recuperável (RVR) é constituída pelo valor dos prêmios a receber, inclusive pelas parcelas vincendas, dos estipulantes com parcelas vencidas há mais de 60 dias, deduzidas das comissões, dos impostos sobre operações financeiras - IOF, provisões técnicas e dos acordos em parcelamento, em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas dos prêmios a receber.

A tabela a seguir apresenta a provisão para redução ao valor recuperável (RVR) por ramo e vencimento dos créditos de seguros:

	30/6/2012				
Ramos	**De 61 a 120 dias**	**De 121 a 180 dias**	**De 181 a 365 dias**	**Acima de 365 dias**	**Total**
Seguros					
95 – Extensão de garantia patrimonial	**(445)**	**(2)**	**(5)**	**(166)**	**(618)**
24 – Extensão de garantia - automóvel	**(23)**	**(11)**	**(43)**	**(19)**	**(96)**
Cosseguro					
93 – Vida em grupo	**-**	**-**	**-**	**(122)**	**(122)**
Total	**(468)**	**(13)**	**(48)**	**(307)**	**(836)**

	31/12/2011				
Ramos	**Entre 61 a 120 dias**	**Entre 121 a 180 dias**	**Entre 181 a 365 dias**	**Acima de 365 dias**	**Total**
Seguros					
95 – Extensão de garantia patrimonial	(247)	(173)	(214)	(109)	(743)
24 – Extensão de garantia - automóvel	(3)	(5)	(6)	(7)	(21)
Cosseguro					
93 – Vida em grupo	-	-	-	(51)	(51)
Total	(250)	(178)	(220)	(167)	(815)

8. Créditos tributários e previdenciários

	30/6/2012	31/12/2011
Ativo não circulante crédito tributário sobre adições temporárias		
Imposto de renda	**2.665**	2.799
Contribuição social	**1.598**	1.680
Subtotal (a)	**4.263**	4.479
Credito tributário sobre prejuízos fiscais		
Imposto de renda	**-**	2.066
Contribuição social	**-**	1.240
Subtotal (b)	**-**	3.306
Total créditos tributários e prévidênciarios	**4.263**	7.784

Subtotal (a) - Os orçamentos de resultados futuros elaborados pela Administração da Seguradoa incluem a realizaçao dos créditos tributários de diferenças temporárias.

Subtotal (b) - Foi concluída a expectativa de realização dos créditos tributário de prejuízo fiscal de imposto de renda e contribuição social que foram baseadas em projeções elaboradas e aprovadas pela Administração da Seguradora sendo totalmente absorvido no primeiro semestre de 2012, superando as expectativas das projeções iniciais.

A movimentação dos impostos diferidos ativos e passivos durante o semestre está apresentada na tabela a seguir:

Impostos diferidos ativos	Adições temporárias	Prejuízos fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	4.479	3.306	7.785
(+) Constituições	20.458	5.220	25.678
(-) Reversões	(20.674)	(8.526)	(29.200)
(=) Saldo em 30 de junho de 2012	**4.263**	**-**	**4.263**

Os Impostos diferidos,contabilizados diretamente no patrimônio líquido, durante o período foram:

	30/6/2012	31/12/2011
IR Diferido Circ.192	**3.430**	1.233
CS Diferido Circ.192	**2.058**	740
Total	**5.488**	1.973

9. Ativo imobilizado, imóveis destinados a renda e intangíveis

A tabela abaixo apresenta a conciliação da movimentação do ativo imobilizado e intangível por grupo:

Imobilizado

Descrição	Saldo residual 31.12.2011	Aquisições	Baixas	Despesas Depreciação/ Amortização	Saldo Residual em 30.06.2012
Móveis e utensílios	180	13	-	(9)	**184**
Veículos	618	432	(143)	(16)	**891**
Equipamentos	1.479	238	-	(214)	**1.503**
Outras imobilizações	11	-	-	(2)	**9**
Totais	2.758	683	(613)	(241)	**2.587**

Intangível

Descrição	Saldo Residual 31.12.2011	Custos aquisições	Amortizações	Saldo Residual em 30.06.2012
Software	684	12	(107)	**589**
Intangível	2	-	-	**2**
Totais	686	12	(107)	**591**

10. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos

a) Detalhamento de provisões técnicas e custos de aquisição diferidos por ramo - Seguros e cosseguros:

	Provisão de prêmios não ganhos		Sinistros a liquidar		Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		Outras provisões técnicas		Custos de aquisição diferidos	
	30/6/2012	31/12/2011	30/6/2012	31/12/2011	30/6/2012	31/12/2011	30/6/2012	31/12/2011	30/6/2012	31/12/2011
Danos										
95 – Extensão de garantia	**248.222**	238.085	**7.934**	6.364	**335**	619	**208.897**	209.487	**266.640**	258.322
24 – Extensão de garantia automóvel	**12.052**	10.259	**252**	276	**16**	4	**13.558**	16.313	**8.961**	9.020
71 – Riscos diversos	**216**	251	**3**	-	**10**	11	**-**	5	**3**	5
	260.490	248.595	**8.189**	6.640	**361**	634	**222.455**	225.805	**275.604**	267.347
Pessoas										
77 – Prestamista	**3.288**	3.601	**60**	43	**581**	645	**-**	-	**1.712**	1.956
82 - Acidentes pessoais – coletivo	**44**	40	**399**	541	**261**	153	**-**	-	**24**	23
90 – Renda eventos aleatórios	**-**	-	**-**	14	**-**	-	**-**	-	**-**	-
93 – Vida em grupo	**-**	-	**461**	378	**101**	100	**-**	-	**-**	-
	3.333	3.641	**921**	976	**943**	898	**-**	-	**1.736**	1.979
Total	**263.822**	252.236	**9.110**	7.616	**1.304**	1.532	**222.455**	225.805	**277.340**	269.326

10. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos--Continuação

b) As tabelas a seguir apresentam a movimentação das provisões técnicas e custo de aquisição para o balanço encerrados em 30 de junho de 2012.

c) As despesas de comercialização diferidas são constituídas pelas parcelas dos custos na obtenção de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido. São considerados como custos de aquisição diferidos as comissões de seguros angariados. O prazo de diferimento dos custos de aquisição obedecem ao risco de vigência dos contratos de seguros.

	30/6/2012
	Obrigações de contrato de seguro
Provisão de sinistros a liquidar	**9.110**
Provisão de IBNR	**1.304**
Provisão para prêmios não ganhos (PPNG)	**263.823**
Outras Provisões	**222.454**
Total das obrigações de contratos de seguro	**496.691**
(1) Provisão de sinistros a liquidar	
Em 31 de Dezembro de 2011	**7.616**
(+)Constituições no período	**44.659**
(-) Reversões no período	**(43.165)**
(=)Em 30 de junho de 2012	**9.110**
(2) Provisão de IBNR	
Em 31 de Dezembro de 2011	**1.532**
(+)Constituições no periodo	**11.640**
(-) Reversões no período	**(11.868)**
(=)Em 30 de junho de 2012	**1.304**
(3) PPNG	
Em 31 de Dezembro de 2011	**252.236**
(+)Constituições no período	**184.909**
(-) Reversões no período	**(173.322)**
(=)Em 30 de junho de 2012	**263.823**
(4) Outras provisões	
Em 31 de Dezembro de 2011	**225.805**
(+)Constituições no período	**159.137**
(-) Reversões no período	**(162.488)**
(=)Em 30 de junho de 2012	**222.454**

11. Desenvolvimento de sinistros

As tabelas de desenvolvimento de sinistros tem a finalidade de avaliar o comportamento dos sinistros pagos e pendentes, para cada ano de aviso, conforme segue:

Sinistros incorridos – Líquido de resseguro (Sinistros administrativos)								
	Ano de Aviso							
Montante estimado para os sinistros	jun/2006	jun/2007	jun/2008	jun/2009	jun/2010	jun/2011	jun/2012	Total
- No final do ano do aviso	940	431	1.166	10.081	21.156	30.646	40.461	
- Um ano após o aviso	1.000	428	1.111	9.534	21.170	33.198		
- Dois anos após o aviso	915	428	1.104	9.509	21.172			
- Três anos após o aviso	974	428	1.117	9.460				
- Quatro anos após o aviso	974	428	1.080					
- Cinco anos após o aviso	983	428						
- Seis anos após o aviso	983							
Estimativa corrente	**983**	**428**	**1.080**	**9.460**	**21.172**	**33.198**	**40.461**	**106.782**
Pagamentos acumulados até a data base	**983**	**428**	**1.067**	**9.422**	**21.129**	**31.407**	**34.664**	**99.101**
Passivo reconhecido no balanço	**-**	**-**	**13**	**38**	**42**	**1.792**	**5.796**	**7.681**
Total do passivo incluso no balanço								**7.681**

Sinistros incorridos – Líquido de resseguro (Sinistros judiciais)								
	Ano de Aviso							
Montante estimado para os sinistros	jun/2006	jun/2007	jun/2008	jun/2009	jun/2010	jun/2011	jun/2012	Total
- No final do ano do aviso	-	218	-	448	37	368	111	
- Um ano após o aviso	138	218	161	392	1	431		
- Dois anos após o aviso	100	218	159	9	446			
- Três anos após o aviso	270	218	33	141				
- Quatro anos após o aviso	236	218	54					
- Cinco anos após o aviso	187	218						
- Seis anos após o aviso	210							
Estimativa corrente	**210**	**218**	**54**	**141**	**446**	**431**	**111**	**1.611**
Pagamentos acumulados até a data base	**182**	**218**	**25**	**97**	**206**	**88**	**4**	**820**
Passivo reconhecido no balanço	**28**	**-**	**28**	**45**	**241**	**343**	**107**	**792**
Passivo em relação a períodos anteriores a junho/2006								**637**
Total do passivo incluso no balanço								**1.429**

11. **Desenvolvimento de sinistros**--Continuação

Sinistros incorridos – Líquido de resseguro (Sinistros administrativos + Judiciais)								
	Ano de Aviso							
Montante estimado para os sinistros	jun/2006	jun/2007	jun/2008	jun/2009	jun/2010	jun/2011	jun/2012	Total
- No final do ano do aviso	940	649	1.166	10.529	21.192	31.014	40.572	
- Um ano após o aviso	1.137	647	1.271	9.926	21.170	33.629		
- Dois anos após o aviso	1.016	647	1.263	9.518	21.618			
- Três anos após o aviso	1.244	647	1.150	9.601				
- Quatro anos após o aviso	1.211	647	1.134					
- Cinco anos após o aviso	1.169	647						
- Seis anos após o aviso	1.192							
Estimativa corrente	1.192	647	1.134	9.601	21.618	33.629	40.572	108.393
Estimativa atual de suficiência / (insuficiência)	(252)	2	32	928	(426)	(2.615)		
Pagamentos acumulados até a data base	1.164	647	1.092	9.519	21.335	31.494	34.669	99.920
Passivo reconhecido no balanço	28	-	41	82	283	2.134	5.904	8.473
Passivo em relação a períodos anteriores a junho/2006								637
Total do passivo incluso no balanço								9.110

A Seguradora não possui operações de resseguros.

Sinistros administrativos

Os resultados encontrados para cada ano de aviso do sinistro demonstram que as provisões técnicas constituídas nos balanços patrimoniais encerrados em 30 de junho de 2007, 30 de junho de 2008 e 30 de junho de 2009 estão adequadas, uma vez que não resultaram em déficits técnicos quando comparados com os valores efetivamente liquidados ou reavaliados nos anos posteriores. Já para as datas base de 30 de junho de 2006, 30 de junho de 2010 e 30 de junho de 2011, informamos que os déficits técnicos foram ocasionados pelos seguintes motivos:

a) Para a data base de 30 de junho de 2006: Sinistros dos ramos que se encontram em run-off, os quais são oriundos da antiga Combined seguros Brasil S/A; e

b) Para as datas base de 30 de junho de 2010 e 30 de junho de 2011: Valores insuficientes de abertura da PSL para os sinistros dos ramos 0195 e 0524. Esta insuficiência já foi identificada pela administração da companhia, que já está tomando as devidas providências para corrigir os valores de abertura dos sinistros avisados.

11. Desenvolvimento de sinistros--Continuação

Sinistros judiciais

Embora a análise individualizada dos sinistros judiciais tenha demonstrado uma insuficiência na provisão para diversas datas analisadas, é importante destacar que isso não é um indicativo de que a Seguradora deverá rever os critérios de abertura e de classificação dos sinistros judiciais (remoto, possível e provável), uma vez que a data de aviso informada nos quadros estatísticos de sinistros, a qual foi considerada na elaboração da tabela acima, é a data do registro do sinistro no sistema e, nesta situação, o sinistro pode ter sido registrado num primeiro momento como administrativo e passar à classificação de judicial após alguns meses, o que irá mascarar o resultado demonstrado na tabela quando avaliado de forma segregada (administrativo e judicial), visto que nas datas base avaliadas o valor da provisão do sinistro judicial pode ter sido nulo para a data de aviso constante do quadros estatísticos de sinistros.

12. Impostos e contribuições

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local no semestre findo em 30 de junho de 2012 e exercício findo em 31 de dezembro de 2011 estão descritas a seguir:

a) O imposto de renda e contribuição social diferidos refere-se a

	30/6/2012	31/12/2011
Provisão para risco de crédito - seguros e cosseguros	**334**	326
Beneficios a empregados	**72**	137
Provisão de despesas	**2.883**	3.757
Provisão de ações cíveis	**974**	258
Prezuizos fiscais acumulados	**-**	3.306
Despesas (Receitas) de imposto de renda e contribuição social diferidos (vide nota explicativa no. 8)	**4.263**	7.784

A reconciliação do ativo fiscal diferido líquido está descrita a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	**7.785**
(-) Receita reconhecida no resultado imposto de renda	(2.200)
(-) Receita reconhecida no resultado contribuição social	(1.322)
Saldo em 30 de junho de 2012	**4.263**

12. Impostos e contribuições--Continuação

b) Demonstrativo do cálculo do IRPJ e CSSL

	2012		2011	
	IRPJ	**CSSL**	**IRPJ**	**CSSL**
Lucro liquido antes dos impostos	**44.068**	**44.068**	18.517	18.517
(-) Participações sobre o resultado	**(154)**	**(154)**	(175)	(175)
Lucro ajustado	**43.914**	**43.914**	18.342	18.342
(+) Adições	**10.670**	**10.670**	1.818	1.818
(-) Exclusões	**(11.195)**	**(11.195)**	(923)	(923)
(-) Compensação base negativa de exercícios anteriores	**(7.194)**	**(7.194)**	(5.771)	(5.771)
Base cálculo do imposto de renda e contribuição social	**36.195**	**36.195**	13.466	13.466
Aliquota de 15% de IRPJ mais 10% de adicional	**(9.036)**		(3.354)	-
Alíquota de 15% CSLL		**(5.429)**	-	(2.020)
Subtotal do imposto de renda e contribuição social	**(9.036)**	**(5.429)**	(3.354)	(2.020)
Constituição (Reversão) do imposto diferido	**(2.202)**	**(1.321)**	(1.267)	(441)
Total do imposto de renda e contribuição social	**(11.238)**	**(6.750)**	(4.621)	(2.461)
Alíquota Efetiva	**25%**	**15%**	25%	13%

A descrição dos impostos e contribuições da Seguradora está a seguir:

c) Impostos e contribuições a pagar

	30/6/2012	**31/12/2011**
PIS E COFINS	**1.344**	1.110
Subtotal	**1.344**	1.110
Imposto de renda	**2.241**	892
Contribuição social	**1.346**	536
Cotribuições retidas na fonte	**9**	8
Subtotal	**3.596**	1.436
Impostos e Contribuições	**4.940**	2.546

13. Contingências

a) Contingências relacionadas a sinistros

A Seguradora possui processos de sinistros em demanda judicial registrado na conta “Sinistros a Liquidar” no montante de R$ 1.607 (1.663 em 31 de dezembro de 2011), que são registrados pelo valor da importância segurada, líquidas de cosseguros.

13. Contingências--Continuação

a) Contingências relacionadas a sinistros--Continuação

Os valores são provisionados mediante a análise da probabilidade de perda de cada ação, com base no histórico de perdas e na avaliação dos advogados da Seguradora. O quadro dos processos em curso pela avaliação do advogado externo, quanto à probabilidade de perda, é assim sumariado:

	30/6/2012				31/12/2011			
	Quantidade	Valores reclamados	Valores contabilizados	Cosseguro	Quantidade	Valores reclamados	Valores contabilizados	Cosseguro
Relacionadas a sinistros:								
Prováveis	**166**	**2.139**	**713**	**82**	60	679	225	43
Possíveis	**485**	**4.837**	**493**	**51**	561	5.664	1.205	43
Remotas	**160**	**2.462**	**401**	**45**	226	2.848	233	76
Total	**811**	**9.438**	**1.607**	**178**	847	9.191	1.663	162

Movimentação:

Saldo inicial em 31 de dezembro de 2011	**1.663**
(-) Constituição/Re-estimativa	(55)
(-) Cosseguro cedido	(177)
(-) Liquidações	(260)
(=) No final do exercício	1.170
(+) Deposito judicial	437
(=) Saldo final em 30 de junho de 2012	**1.607**

b) Contingências fiscais

As contingências fiscais estão sendo provisionadas considerando o estágio atual do processo na rubrica de "Provisões judiciais" classificada no exigível à longo prazo.

	30/6/2012			31/12/2011		
	Quantidade	Valores reclamados	Valores contabilizados	Quantidade	Valores reclamados	Valores contabilizados
Processos fiscais:						
Prováveis	**3**	**365**	**365**	2	329	13
Remota	**2**	**4.274**	**-**	2	4.268	-
Total	**5**	**4.638**	**365**	4	4.597	13

c) Contingências cíveis

As contingências cíveis estão sendo provisionadas considerando o estágio atual do processo na rubrica de "Provisões judiciais" classificada no Exigível a Longo Prazo. Em dezembro de 2011 foi provisionado o valor de R$1.764 relativo a causa provável de compra compulsória de ações do IRB.

13. Contingências--Continuação

c) Contingências cíveis--Continuação

	30/6/2012			31/12/2011		
	Quantidade	Valores reclamados	Valores contabilizados	Quantidade	Valores reclamados	Valores contabilizados
Processos cíveis:						
Prováveis	**134**	**2.221**	**2.157**	38	2.269	2.216
Possíveis	**66**	**6.395**	**73**	439	5.016	-
Remotos	**27**	**246**	**8**	178	2.899	-
Total	**227**	**8.862**	**2.238**	655	10.184	2.216

d) Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-funcionários pleiteando direitos trabalhistas que entendem serem devidos. Os processos cujas perdas foram classificadas como prováveis, são provisionados de acordo com a avaliação dos advogados, enquanto que para os processos classificados como probabilidade de perda possível e remota, nenhuma provisão é constituída e estão apenas sendo monitorados pela Seguradora, conforme abaixo:

	30/6/2012			31/12/2011		
	Quantidade	Valores reclamados	Valores contabilizados	Quantidade	Valores reclamados	Valores contabilizados
Processos Trabalhistas:						
Prováveis	**1**	**195**	**195**	1	1.489	196
Possíveis	**4**	**197**	**-**	4	179	-
Remoto	**1**	**1.069**	**-**	1	1.026	-
Total	**6**	**1.461**	**195**	6	2.694	196

Abaixo apresentamos a movimentação das provisões de contingências não relacionadas a sinistros:

	Saldo em 31/12/2011	Constituições/ Atualização	Baixas e estornos	Saldo em 30/06/2012
Fiscais	13	352	-	**365**
Cíveis	2.216	110	(88)	**2.238**
Trabalhistas	196	-	(1)	**195**
Total	2.425	462	(89)	**2.798**

14. Obrigações a pagar

Detalhamento das obrigações a pagar:

	30/6/2012	31/12/2011
Despesas comerciais	**3.784**	5.186
Fornecedores	**493**	393
Participação nos lucros	**863**	1.458
Arrendamento mercantil	**637**	369
Provisões administrativas	**1.564**	386
Demais	**738**	502
Total	**8.079**	8.294

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R$ 94.909 em 30 de junho de 2012 (R$ 94.909 em 31 de dezembro de 2011) representado por 1.944.093 ações ordinárias, sem valor nominal.

b) Reserva legal

Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social.

c) Dividendos

É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício anual, conforme estabelecido no estatuto social. Não foram propostos dividendos por inexistir intenção de distribuição.

d) Lucro por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	30/6/2012	30/6/2011
Numerador:		
Resultado do período	**25.926**	11.260
Denominador:		
Média ponderada de ações ordinárias do período	**1.944.093**	1.944.093
Lucro básico e diluído por ação (expresso em R$)	**13,34**	5,79

16. Cobertura das provisões técnicas

Os valores contábeis das aplicações vinculadas à SUSEP em cobertura de provisões técnicas são os seguintes:

Cobertura das provisões técnicas	**30/6/2012**	**31/12/2011**
Títulos de renda fixa – públicos	**238.730**	229.579
Total dos ativos garantidores	**238.730**	229.579
Total das provisões ténicas	**496.691**	487.189
(-) Despesas de comercialização na modalidade extensão de garantia de seguro - garantia estendida conf.art.6º da Circular SUSEP nº366/08	**(275.601)**	(267.343)
(-) Depósitos judiciais	**(2.174)**	(417)
Total a ser coberto	**218.916**	219.429
Suficiência	**19.814**	10.150

17. Ramos de atuação

Os principais ramos de atuação e seus índices de sinistralidade e comissionamento são:

	Prêmios Ganhos		**Índice de sinistralidade (%)**		**Índice de comissionamento (%)**	
	2012	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
Danos						
95 - Extensão de garantia - patrimonial	**144.977**	107.544	**15,32%**	12,91%	**57,04%**	59,33%
24 - Extensão de garantia – automóvel	**5.937**	3.926	**7,35%**	10,62%	**33,79%**	28,46%
71 - Riscos diversos	**228**	325	**11,35%**	-0,45%	**0,82%**	0,71%
	151.142	111.796	**15,00%**	12,79%	**56,05%**	58,08%
Pessoas						
77 – Prestamista	**2.327**	2.604	**3,28%**	10,61%	**63,93%**	66,46%
82 - Acidentes Pessoais	**1.663**	434	**-0,49%**	50,74%	**57,62%**	57,62%
	3.989	3.038	**1,71%**	16,34%	**61,30%**	65,20%
Total	**155.131**	114.834	**14,66%**	12,89%	**56,18%**	58,27%

18. Detalhamento das principais contas da demonstração do resultado

a) <u>Prêmios emitidos</u>

	30/06/2012	**30/06/2011**
Prêmios emitidos	**165.307**	171.361
Prêmios restituídos	**(3.064)**	(3.326)
Prêmios - riscos vigentes não emitidos	**1.124**	224
	163.367	168.259

18. Detalhamento das principais contas da demonstração do resultado --Continuação

b) Variação das provisões técnicas de prêmios

	30/06/2012	30/06/2011
Provisão de prêmios não ganhos	**(11.907)**	47.471
Outras provisões	**3.671**	5.954
	(8.236)	53.425

c) Sinistros ocorridos

	30/06/2012	30/06/2011
Indenizações avisadas	**(23.562)**	(17.339)
Despesas com sinistros	**(81)**	(1)
Recuperação de sinistros	**16**	188
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	**228**	3.135
	(23.399)	(14.018)

d) Custos de aquisição

	30/06/2012	30/06/2011
Comissões	**(95.167)**	(95.121)
Variação das despesas de comercialização diferidas	**8.014**	28.211
	(87.153)	(66.910)

e) Outras receitas e despesas operacionais

	30/06/2012	30/06/2011
Outras receitas operacionais	**222**	477
Taxa de cancelamento de certificados	**222**	477
Outras despesas operacionais	**4.570**	8.157
Despesas com apólices e/ou contratos	**(80)**	(8)
Despesas com cobranças	**(27)**	(20)
Administração de apólices e/ou contratos	**5.259**	(7.374)
Provisão sobre riscos de créditos	**(20)**	(40)
Despesas com Encargos Sociais	**(140)**	-
Provisões cíveis	**(159)**	(296)
Outras despesas com operações de seguros	**(263)**	(419)
Total de outras receitas e despesas operacionais	**4.792**	(7.680)

18. Detalhamento das principais contas da demonstração do resultado --Continuação

f) Despesas administrativas

	30/06/2012	30/06/2011
Pessoal próprio	**(7.287)**	(6.808)
Serviços de terceiros	**(7.097)**	(6.383)
Localização e funcionamento	**(2.921)**	(2.627)
Publicidade e propaganda	**(136)**	(152)
Publicações	**(180)**	(80)
Donativos e contribuições	**(4)**	(6)
Outras despesas administrativas	**(138)**	(89)
	(17.763)	(16.145)

g) Despesas com tributos

	30/06/2012	30/06/2011
COFINS	**(6.166)**	(4.506)
PIS	**(1.002)**	(732)
Taxa de fiscalização	**(598)**	(598)
Impostos municipais	**(9)**	(14)
Outros	**(255)**	(23)
	(8.030)	(5.873)

h) Resultado financeiro

	30/06/2012	30/06/2011
Receitas financeiras	**20.416**	14.314
Fundos de investimentos	**310**	722
Receitas com títulos de renda fixa públicos	**16.806**	13.458
Receitas com depósitos judiciais e fiscais	**-**	125
Receitas financeiras com operações de seguros	**12**	-
Outras receitas financeiras	**3.288**	9
Despesas financeiras	**(1)**	(5)
Despesas financeiras com operações de seguros	**-**	-
Impostos sobre operações financeiras	**(1)**	(5)
Total do resultado financeiro	**20.415**	14.309

19. Patrimônio líquido ajustado e margem de solvência

	30/6/2012	31/12/2011
Patrimônio Líquido	157.417	126.219
(-) Despesas antecipadas	(972)	(23.653)
(-) Créditos Tributários (decorrentes de prejuízos fiscais)	(4.263)	(3.306)
(-) Intangíveis	(591)	(686)
(=) Patrimônio Líquido Ajustado	151.591	98.574
Margem de solvência (a)	66.460	67.439
Patrimônio mínimo necessário - por prêmio	66.460	67.439
Patrimônio mínimo necessário - por sinistro	10.360	8.591
Capital Base - CB	15.000	15.000
Capital Adicional de Subscrição - CAS (1)	48.201	47.372
Capital Risco de Crédito - CRCS (2)	4.059	5.498
Benefícios de correlação de risco	(1.906)	(2.523)
Capital Mínimo requerido - CMR (b)	65.354	65.347
Patrimônio Líquido Ajustado	151.591	98.574
(-) Exigência de capital - EC maior entra a (a) ou (b)	66.460	67.439
Suficiência de capital	85.131	31.135
Suficiência de capital (% da EC)	128,1%	46,2%

(1) Calculado conforme Resolução CNSP 158/2006 e Circular SUSEP 411/2010 (alteração dos fatores).

(2) Calculado conforme Resolução CNSP 228/2010.

20. Plano de aposentadoria complementar

A Seguradora proporciona um plano de previdência privada complementar aos seus diretores e funcionários que é administrado pela Itaú Previdência S.A., cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o semestre totalizaram R$ 87 (R$ 71 em 30 de junho de 2011).

21. Partes relacionadas e remuneração da Administração

A Administração identificou como partes relacionadas à Seguradora, as seguintes empresas do Grupo: TWG Warranty Serviços do Brasil Ltda., além de seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05.

a) Os saldos a receber, a pagar, as receitas e despesas por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir

	Receitas / (despesas)	
	30/6/2012	**30/6/2011**
Despesas Administrativas		
Outras despesas serviços terceiros	**(5.351)**	(4.994)
Despesas de comunicação	**(377)**	(388)
Despesas com locomoção	**(330)**	(452)
Total	**(6.058)**	(5.834)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

É estabelecido anualmente por meio da Assembleia Geral Ordinária o montante global anual da remuneração dos administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social da Seguradora.

A remuneração a pagar em 30 de junho de 2012 totalizou R$1.104 (R$ 1.218 em 30 de junho de 2011).

c) Outras informações

Conforme legislação em vigor, sociedades seguradoras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% da própria Seguradora, quaisquer diretores ou administradores da própria Seguradora, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pela Seguradora empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares.

22. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela companhia

- IFRS 9 (Revisada) "Instrumentos Financeiros": em vigor para exercícios que comecem a partir de 01 de janeiro de 2013;
- IAS 19 (revisada) "Benefícios a empregados": tendo vigência obrigatória para todos os exercícios que iniciem a partir de 01 de janeiro de 2013;
- IFRS 10 "Demonstrações Financeiras Consolidadas": tendo vigência obrigatória para exercícios que iniciem a partir de 01 de janeiro de 2013;
- IFRS 11 "Operações conjuntas": tendo sua vigência obrigatória para exercícios que iniciem a partir de 01 de janeiro de 2013;
- IFRS 12 "Informações a serem divulgadas sobre participações em outras sociedades": tendo sua vigência obrigatória para exercícios que iniciem a partir de 01 de janeiro de 2013;
- IAS 27 (revisada) "Demonstrações financeiras individuais": tendo vigência obrigatória para exercícios que iniciem a partir de 01 de janeiro de 2013.
- IAS 28 (revisada) "Investimentos em associadas e combinação de negócios": tendo vigência obrigatória para exercícios que iniciem a partir de 01 de janeiro de 2013.
- IFRS 13 "Mensuração de valor justo": tendo vigência obrigatória para exercícios que iniciem a partir de 01 de janeiro de 2013.

Membros da diretoria
Welson Bolognesi
Alexandre Tersano
Carlos Alberto Borges do Nascimento
Carlos Edmundo Heyn

Contador responsável
Alaércio Gomes da Silva CRC - 1SP210937/O-2

Atuário responsável
Ricardo César Pessoa - Atuário MIBA 1076